

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2024
e relatório dos auditores independentes**



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa - método direto	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis	13

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e administradores
UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

▪ Imobilizado

Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do ativo. O saldo do imobilizado é composto, substancialmente, pela conta de veículos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção da relação do ativo imobilizado; ii) recálculo das depreciações; e (iii) revisão do mapa de adições e baixas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que imobilizado e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

▪ **Empréstimos e financiamentos**

Para fins de aquisição de ônibus e vans, a Companhia captou recursos junto às instituições financeiras. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos em relação ao total do passivo e pelas penalidades na qual estão sujeitas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção do entendimento sobre as liberações de recursos, o cálculo de atualizações, o cronograma de pagamentos e demais cláusulas contratuais; e ii) recálculo dos juros baseadas nas cláusulas contratuais e nos dados obtidos de fontes oficiais.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos empréstimos e financiamentos e as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

▪ **Receita de serviços**

O faturamento da Companhia é decorrente da quantidade de passageiro transportado. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do demonstrativo de remuneração dos concessionários disponibilizados pelo ente contratante.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as receitas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos – Evento subsequente

Conforme nota explicativa nº 29, em junho de 2025, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte da Prefeitura de São Paulo emitiu despacho concedendo anuência prévia para a transferência do Contrato de Concessão SMT.GAB nº 42/2019 (Lote D4), firmado originalmente pela empresa Upbus Qualidade em Transportes S.A. para a empresa Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação. A eficácia da referida anuência está condicionada à celebração de termo de aditamento ao Contrato de Concessão SMT.GAB nº 42/2019.

Ênfase – Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

No exercício de 2024, a Companhia apresentou o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 36.227.209, a insuficiência nos índices de liquidez geral, endividamento total e quociente de solvência, conforme demonstrada na nota explicativa nº 30, e quanto a realização de recebíveis conforme mencionado na nota explicativa nº 11. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Ênfase – Outros assuntos

Conforme a nota explicativa nº 28, a Companhia possui saldo bloqueado na conta bancária junto ao T10 Bank, no montante de R\$ 215.531 decorrência do processo nº 0100520-78.2024.8.26.0050. O montante foi desbloqueado pela decisão nos Embargos de Terceiro Criminal nº 0006328-53.2024.8.26.0050 proferida pelo Juiz da 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital. No entanto, essa decisão não foi cumprida pelo banco até o presente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

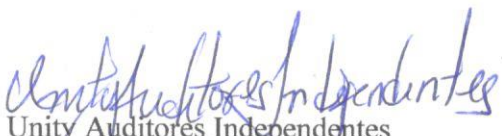
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de junho de 2025


Unity Auditores Independentes
CRC 2SP026236


Edison Ryu Ishikura
Contador CRC 1SP200894/O-0

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2024	2023
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.132.358	2.362.876	Circulante			
Contas a receber	9	2.288.550	4.583.858	Fornecedores		3.270.419	2.247.146
Estoques	10	2.056.878	1.663.122	Empréstimos e financiamentos	16	3.875.043	10.947.038
Título de capitalização		46.831	34.692	Obrigações tributárias		2.498	3.315
Conta corrente com sócios	11	15.141.459	14.112.690	Obrigações trabalhistas	17	1.736.173	2.499.157
Tributos diferidos	12	4.183.969	4.183.969	Provisões trabalhistas	18	3.598.790	-
		24.850.045	26.941.207	Parcelamentos de impostos	19	3.774.780	9.687.004
				Empréstimos de terceiros		262.135	262.135
				Acordos a pagar		27.938	239.667
						16.547.776	25.885.462
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Bloqueio judicial	13	2.365.307	1.970.057	Exigível a longo prazo			
Carta de crédito		690.478	711.105	Empréstimos e financiamentos	16	1.654.356	5.213.580
Outros créditos	-	1.368	-	Parcelamentos de impostos	19	21.915.758	14.217.896
		3.057.153	2.681.162	Provisão para demandas judiciais	20	317.038	134.038
				Outros passivos	21	38.842.569	-
						62.729.721	19.565.514
Investimentos	14	11.102	12.520	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Imobilizado	15	15.131.988	22.087.694	Capital social	22	20.899.600	20.899.600
		15.143.090	22.100.214	Reserva legal	22	438.329	438.329
				Reserva estatutária	22	876.658	876.658
				Prejuízos acumulados		(58.441.796)	(15.942.980)
						(36.227.209)	6.271.607
Total do ativo		43.050.288	51.722.583	Total do passivo e patrimônio líquido		43.050.288	51.722.583

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	Notas	2024	2023
Receita de serviços prestados		97.534.080	90.375.865
(-) Custos dos serviços prestados			
Com pessoal		(34.063.117)	(28.211.357)
Com veículos	24	(37.099.678)	(32.142.277)
Depreciação		(8.035.243)	(14.236.791)
		(79.198.038)	(74.590.425)
Lucro operacional bruto		18.336.042	15.785.440
Despesas operacionais			
Com pessoal		(5.949.757)	(5.898.256)
Administrativas	25	(7.445.348)	(8.478.860)
Processos judiciais	26	(3.478.740)	(3.443.621)
Tributárias		(414.195)	(393.506)
Gerais de operação		(77.853)	(190.036)
Outras receitas		3.673	-
Outras despesas	21	(38.842.569)	-
		(56.204.789)	(18.404.279)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(37.868.747)	(2.618.839)
Receita financeira	27	70.486	68
Despesa financeira	27	(4.700.555)	(4.758.713)
Prejuízo antes dos impostos		(42.498.816)	(7.377.484)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	2.484.344
Prejuízo líquido do exercício		(42.498.816)	(4.893.140)
Quantidade de ações		20.899.600	20.899.600
Prejuízo básico por ação - R\$		(2,033)	(0,234)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo líquido do exercício	(42.498.816)	(4.893.140)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(42.498.816)</u>	<u>(4.893.140)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Capital</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.89
Prejuízo líquido do exercício	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>20.89</u>
Prejuízo líquido do exercício	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>20.89</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante da

Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.230.518)</u>	<u>167.689</u>
--	--------------------	----------------

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A UPBUS Qualidade em Transportes S.A. (denominada de Companhia) devidamente localizada a Avenida Augusto Antunes, nº 816, Limoeiro, São Paulo-SP, CEP 08051-370, fundada em 07 de julho de 2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.268/0001-18, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal.

Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis., com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT.

Em 06 de setembro de 2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano.

O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2º do Decreto Municipal nº 58.200, de 5 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015.

2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Base de preparação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo.

(c) Estoques

Os estoques de peças são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas, e são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação, e considerando a sua baixa rotatividade.

(d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

(e) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(g) Instrumentos financeiros

A Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração financeira.

(h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e no posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Companhia possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra.

(j) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável

4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e provisões julgadas necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

5. Gerenciamento de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida.

A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços.

Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

(d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2024, assim como não realizou operações com derivativos financeiros.

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em reais

(e) Risco de taxas de juros

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes desse mercado.

6. Plano de contas

O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS – São Paulo Transportes adequada a nossa realidade operacional.

7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As alterações emitidas às normas vigentes, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas alterações, se cabível, quando entrarem em vigor.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

- A IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

8. Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2024	2023
Caixa e bancos	689.635	1.966.867
Aplicações financeiras	442.723	396.009
	1.132.358	2.362.876

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9. Contas a receber

Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes.

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em reais

10. Estoques

Descrição	2024	2023
Peças e acessórios	1.627.201	1.318.217
Combustível	271.934	231.372
Graxas e lubrificantes	60.888	60.855
Pneus	96.855	52.678
	2.056.878	1.663.122

11. Conta corrente com sócios

Referem-se aos adiantamentos aos sócios.

12. Tributos diferidos

O saldo do IRPJ e CSLL diferidos são compostos por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis.

As premissas para constituição desses créditos consideraram os históricos de lucros fiscais e as expectativas de auferir lucros fiscais nos próximos exercícios, fundamentados por estudos técnicos que evidenciam como provável a obtenção de lucros tributáveis futuros.

13. Bloqueio judicial

Referem-se aos valores bloqueados das contas bancárias da Companhia em decorrência dos processos trabalhistas e dos débitos fiscais.

14. Investimentos

Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participações.

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em reais

15. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	2024		2023
		Custos	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos		1.855.000	-	1.855.000
Edificações	4%	3.634.400	(1.314.845)	2.319.555
Veículos	20%	79.330.573	(70.686.860)	15.806.494
Móveis e utensílio	10%	915.743	(368.945)	639.287
Máquinas e equipamentos	10%	731.872	(107.158)	246.759
Bilhetagem eletrônica	20%	842.680	(407.419)	520.933
Benfeitoria em imóvel de terceiros		789.196	(82.249)	551.867
		88.099.464	(72.967.476)	15.131.988

Movimentação do custo

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Terrenos	1.855.000	-	-	1.855.000
Edificações	3.634.400	-	-	3.634.400
Veículos	78.888.432	442.141	-	79.330.573
Móveis e utensílio	915.743	-	-	915.743
Máquinas e equipamentos	300.750	431.122	-	731.872
Bilhetagem eletrônica	842.680	-	-	842.680
Benfeitoria em imóvel de terceiros	582.922	206.274	-	789.196
	87.019.927	1.079.537	-	88.099.464

Movimentação da depreciação

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Edificações	(1.167.046)	(147.799)	-	(1.314.845)
Veículos	(63.081.938)	(7.604.922)	-	(70.686.860)
Móveis e utensílio	(276.456)	(92.489)	-	(368.945)
Máquinas e equipamentos	(53.991)	(53.167)	-	(107.158)
Bilhetagem eletrônica	(321.747)	(85.672)	-	(407.419)
Benfeitoria em imóvel de terceiros	(31.055)	(51.194)	-	(82.249)
	(64.932.233)	(8.035.243)	-	(72.967.476)

20. Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

21. Outros passivos

Referem-se ao Auto de Infração emitido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil devido a utilização indevida de créditos de INSS.

22. Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 20.899.600, dividido em R\$ 19.899.600 em ações preferenciais e R\$ 1.000.000 em ações ordinárias.

Reserva legal

A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída a razão de 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 194 da Lei nº. 6.404/76.

Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

23. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

24. Custos com veículos

<u>Descrição</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Combustível e lubrificantes	(24.029.724)	(22.291.983)
Peças e acessórios	(10.910.008)	(7.589.842)
Pneus	(1.348.809)	(1.507.253)
Seguros	(637.109)	(721.011)
Pintura e funilaria	-	(7.825)
Higiene, limpeza e lavagem	(174.028)	(24.363)
	<u>(37.099.678)</u>	<u>(32.142.277)</u>

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em reais

25. Despesas administrativas

Descrição	2024	2023
Serviços de terceiros	(2.406.825)	(5.877.600)
Gerais	(3.100.024)	(1.992.939)
Manutenção e conservação	(121.358)	(279.096)
Outras	(1.817.141)	(329.224)
	<u>(7.445.348)</u>	<u>(8.478.859)</u>

26. Despesas com processos judiciais

Referem-se, substancialmente, aos acordos dos processos trabalhistas.

27. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	70.486	68
	<u>70.486</u>	<u>68</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas de mora	(4.444.376)	(3.610.872)
IOF	(11.561)	-
Tarifas e serviços bancários	(244.618)	(406.428)
	<u>(4.700.555)</u>	<u>(4.017.300)</u>

28. Outros assuntos

▪ Intervenção

Conforme Decreto Municipal nº 63.328 de 09 de abril de 2024, a Prefeitura Municipal de São Paulo decreta a intervenção na empresa UPBUS Qualidade em Transportes S.A., inscrita na CNPJ 20.589.268.0001-18 responsável pelo LOTE D-4, considerando as decisões judiciais exaradas nos autos da ação criminal 1005200-78.2024.8.26.0050 nomeando como INTERVENTOR o Sr. Wagner Chagas Alves pela SPTRANS. Toda diretoria anterior fica afastada por prazo indeterminado conforme decisão judicial.

▪ T 10 Bank

A conta bancária sob o número 720814-3 da empresa UPBUS Qualidade em Transportes S.A. junto ao T10 BANK foi bloqueada pela decisão no processo 100520-78.2024.8.26.0050, e foi desbloqueada pela decisão nos Embargos de Terceiro Criminal 0006328-53.2024.8.26.0050 proferida pelo Juiz da 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital. Essa decisão não foi cumprida pelo banco, permanecendo bloqueado o saldo no valor de R\$ 215.531.

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024

Em reais

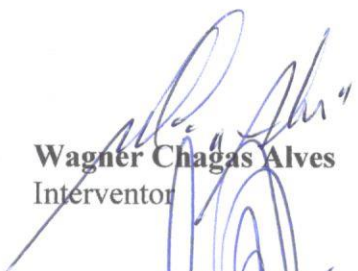
29. Eventos subsequentes

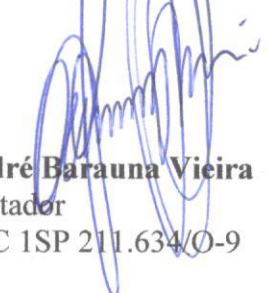
Em junho de 2025, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte da Prefeitura de São Paulo emitiu despacho concedendo anuência prévia para a transferência do Contrato de Concessão SMT.GAB nº 42/2019 (Lote D4), firmado originalmente pela empresa Upbus Qualidade em Transportes S.A. para a empresa Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação. A eficácia da referida anuência está condicionada à celebração de termo de aditamento ao Contrato de Concessão SMT.GAB nº 42/2019.

30. Informações suplementares

Em 31 de dezembro de 2024, a partir dos saldos apresentados no Balanço Patrimonial, os índices apresentados pela administração são:

Índices contábeis	Fórmulas	Índice calculado	2024
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$	$\frac{24.850.045}{16.547.776}$	1,50
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$	$\frac{27.907.198}{79.277.497}$	0,35
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo circulante}}$	$\frac{22.793.167}{16.547.776}$	1,38
Endividamento Total	$\frac{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo total}}$	$\frac{79.277.497}{43.050.288}$	1,84
Quociente de Solvência	$\frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo total} - \text{Patrimônio líquido}}$	$\frac{43.050.288}{79.277.497}$	0,54


Wagner Chagas Alves
Interventor


André Barauna Vieira
Contador
CRC ISP 211.634/O-9


Rogério Gomes Coelho
CPF. 277.962.178-89
Diretor Presidente
UPBUS SA

* * *



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO 2024

Eu, ANDRÉ BARAUNA VIEIRA, portador do CPF 162.995.288-50 e com CRC sob o nº 1SP211634/O-9, CONTADOR responsável pela empresa UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A. – CNPJ 2.589.268/0001-18 aqui representada pelo seu INTERVERNTOR WAGNER CHAGAS ALVES – CPF 007.499.948-60 e seu DIRETOR PRESIDENTE ROGÉRIO GOMES COELHO – CPF 277.962.178-89, reconhecemos o BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 como parte integrante das demonstrações contábeis findo do exercício 2024 e suas informações conforme segue abaixo:

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.132.358	2.362.876	Fornecedores		3.270.419	2.247.146
Contas a receber	9	2.288.550	4.583.858	Empréstimos e financiamentos	16	3.875.043	10.947.038
Estoques	10	2.056.878	1.663.122	Obrigações tributárias		2.498	3.315
Título de capitalização		46.831	34.692	Obrigações trabalhistas	17	1.736.173	2.499.157
Conta corrente com sócios	11	15.141.459	14.112.690	Provisões trabalhistas	18	3.598.790	-
Tributos diferidos	12	4.183.969	4.183.969	Parcelamentos de impostos	19	3.774.780	9.687.004
		<u>24.850.045</u>	<u>26.941.207</u>	Empréstimos de terceiros		262.135	262.135
				Acordos a pagar		27.938	239.667
						<u>16.547.776</u>	<u>25.885.462</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Bloqueio judicial	13	2.365.307	1.970.057	Empréstimos e financiamentos	16	1.654.356	5.213.580
Carta de crédito		690.478	711.105	Parcelamentos de impostos	19	21.915.758	14.217.896
Outros créditos		1.368	-	Provisão para demandas judiciais	20	317.038	134.038
		<u>3.057.153</u>	<u>2.681.162</u>	Outros passivos	21	38.842.569	-
						<u>62.729.721</u>	<u>19.565.514</u>
Investimentos	14	11.102	12.520	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Imobilizado	15	15.131.988	22.087.694	Capital social	22	20.899.600	20.899.600
		<u>15.143.090</u>	<u>22.100.214</u>	Reserva legal	22	438.329	438.329
				Reserva estatutária	22	876.658	876.658
				Prejuízos acumulados		(58.441.796)	(15.942.980)
						<u>(36.227.209)</u>	<u>6.271.607</u>
Total do ativo		<u>43.050.288</u>	<u>51.722.583</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>43.050.288</u>	<u>51.722.583</u>

OBS.: As notas explicativas fazem parte das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024.

São Paulo, 31 de dezembro de 2024.

ROGÉRIO GOMES COELHO
CPF: 277.962.178-89
PRESIDENTE

Rogério Gomes Coelho
CPF: 277.962.178-89
Diretor Presidente
UPBUS SA

WAGNER CHAGAS ALVES
CPF: 007.499.948-60
INTERVENTOR SPTRANS

André Barauna Vieira
CRC 1SP211634/O-9
CPF 162.995.288-50

ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CPF: 162.995.288-50
CRC: 1SP211634/O-9
CONTADOR



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DRE – EM 31 DEZEMBRO 2024

Eu, ANDRÉ BARAUNA VIEIRA, portador do CPF 162.995.288-50 e com CRC sob o nº 1SP211634/O-9, CONTADOR responsável pela empresa UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A. – CNPJ 2.589.268/0001-18 aqui representada pelo seu INTERVENTOR WAGNER CHAGAS ALVES – CPF 007.499.948-60 e seu DIRETOR PRESIDENTE ROGÉRIO GOMES COELHO – CPF 277.962.178-89, reconhecemos a DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 como parte integrante das demonstrações contábeis findo do exercício 2024 e suas informações conforme segue abaixo:

	Notas	2024	2023
Receita de serviços prestados		97.534.080	90.375.865
(-) Custos dos serviços prestados			
Com pessoal		(34.063.117)	(28.211.357)
Com veículos	24	(37.099.678)	(32.142.277)
Depreciação		(8.035.243)	(14.236.791)
		(79.198.038)	(74.590.425)
Lucro operacional bruto		18.336.042	15.785.440
Despesas operacionais			
Com pessoal		(5.949.757)	(5.898.256)
Administrativas	25	(7.445.348)	(8.478.860)
Processos judiciais	26	(3.478.740)	(3.443.621)
Tributárias		(414.195)	(393.506)
Gerais de operação		(77.853)	(190.036)
Outras receitas		3.673	-
Outras despesas	21	(38.842.569)	-
		(56.204.789)	(18.404.279)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(37.868.747)	(2.618.839)
Receita financeira	27	70.486	68
Despesa financeira	27	(4.700.555)	(4.758.713)
Prejuízo antes dos impostos		(42.498.816)	(7.377.484)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	2.484.344
Prejuízo líquido do exercício		(42.498.816)	(4.893.140)
Quantidade de ações		20.899.600	20.899.600
Prejuízo básico por ação - R\$		(2,033)	(0,234)

OBS.: As notas explicativas fazem parte das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024.

ROGÉRIO GOMES COELHO
CPF: 277.962.178-89
PRESIDENTE

Rogério Gomes Coelho
CPF: 277.962.178-89
Diretor Presidente
UPBUS SA

ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CPF: 162.995.288-50
CRC: 1SP211634/O-9
CONTADOR

WAGNER CHAGAS ALVES
CPF: 007.499.948-60
INTERVENTOR SPTRANS

André Barauna Vieira
CRC 1SP211634/O-9
CPF 162.995.288-50

São Paulo, 31 de dezembro de 2024.



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA EM 31 DEZEMBRO 2024

Eu, ANDRÉ BARAUNA VIEIRA, portador do CPF 162.995.288-50 e com CRC sob o nº 1SP211634/O-9, CONTADOR responsável pela empresa UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A. – CNPJ 2.589.268/0001-18 aqui representada pelo seu INTERVENTOR WAGNER CHAGAS ALVES – CPF 007.499.948-60 e seu DIRETOR PRESIDENTE ROGÉRIO GOMES COELHO – CPF 277.962.178-89, reconhecemos a DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 como parte integrante das demonstrações contábeis findo do exercício 2024 e suas informações conforme segue abaixo:

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+) Recebimentos de clientes	99.829.388	89.224.023
(-) Pagamentos a fornecedores	(43.993.362)	(41.326.525)
(-) Pagamentos a funcionários	(37.177.068)	(33.563.025)
(-) Pagamento de impostos	1.370.626	3.978.091
(-) Valores bloqueados judicialmente	(395.250)	(1.530.377)
(+) Resgate de títulos de capitalização	(12.139)	(30.000)
(-) Pagamento de carta de crédito	20.627	(293.516)
(+) Recebimentos de receita financeira	70.486	68
(+) Recebimentos de outras receitas	2.305	-
(-) Pagamento das despesas financeiras	(1.721.409)	(4.758.713)
(-) Pagamentos de processos judiciais	(3.507.469)	(3.885.416)
(=) Caixa líquida gerada pelas atividades operacionais	14.486.735	7.814.610
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(-) Investimentos em terminais	1.418	403.713
(-) Aquisição de ativo imobilizado	(1.079.537)	(3.612.942)
(=) Caixa líquida aplicada nas atividades de investimentos	(1.078.119)	(3.209.229)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
(+) Novos empréstimos e financiamentos	1.901.355	22.180.233
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos	(15.511.720)	(22.764.393)
(+) Novos empréstimos de terceiros	-	262.135
(-) Pagamento antecipado de distribuição de lucros	(1.028.769)	(4.115.667)
(=) Caixa líquida gerada pelas atividades de financiamentos	(14.639.134)	(4.437.692)
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(1.230.518)	167.689
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.362.876	2.195.187
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.132.358	2.362.876
Aumento (redução), líquido, no caixa e equivalentes de caixa	(1.230.518)	167.689

OBS.: As notas explicativas fazem parte das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024.

São Paulo, 31 de dezembro de 2024.

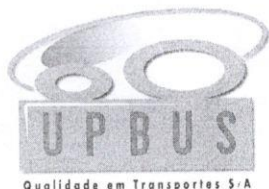
ROGÉRIO GOMES COELHO
CPF: 277.962.178-89
PRESIDENTE

Rogério Gomes Coelho
CPF: 277.962.178-89
Diretor Presidente
UPBUS SA

WAGNER CHAGAS ALVES
CPF: 007.499.948-60
INTERVENTOR SPTRANS

ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CPF: 162.995.288-50
CRC: 1SP211634/O-9
CONTADOR

André Barauna Vieira
CRC 1SP211634/O-9
CPF 162.995.288-50



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO DMPL – EM 31 DEZEMBRO 2024

Eu, ANDRÉ BARAUNA VIEIRA, portador do CPF 162.995.288-50 e com CRC sob o nº 1SP211634/O-9, CONTADOR responsável pela empresa UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A. – CNPJ 2.589.268/0001-18 aqui representada pelo seu INTERVENTOR WAGNER CHAGAS ALVES – CPF 007.499.948-60 e seu DIRETOR PRESIDENTE ROGÉRIO GOMES COELHO – CPF 277.962.178-89, reconhecemos a DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO – DMPL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 como parte integrante das demonstrações contábeis findo do exercício 2024 e suas informações conforme segue abaixo:

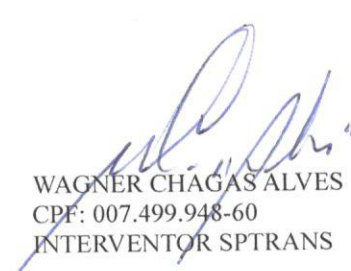
<u>DMPL – EXERCICIO 31</u> <u>DEZEMBRO 2024 – Em Reais</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva estatutária</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.899.600	438.329	876.658	(11.049.840)	11.164.747
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(4.893.140)	(4.893.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.899.600	438.329	876.658	(15.942.980)	6.271.607
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(42.498.816)	(42.498.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.899.600	438.329	876.658	(58.441.796)	(36.227.209)

OBS.: As notas explicativas fazem parte das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024.

São Paulo, 31 de dezembro de 2024.


ROGÉRIO GOMES COELHO
CPF: 277.962.178-89
PRESIDENTE

Rogério Gomes Coelho
CPF: 277.962.178-89
Diretor Presidente
UPBUS SA


WAGNER CHAGAS ALVES
CPF: 007.499.948-60
INTERVENTOR SPTRANS


ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CPF: 162.995.288-50
CRC: 1SP211634/O-9
CONTADOR

André Barauna Vieira
CPF: 162.995.288-50
CRC: 1SP211634/O-9



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DEZEMBRO 2024

Eu, ANDRÉ BARAUNA VIEIRA, portador do CPF 162.995.288-50 e com CRC sob o nº 1SP211634/O-9, CONTADOR responsável pela empresa UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A. – CNPJ 2.589.268/0001-18 aqui representada pelo seu INTERVENIENTE WAGNER CHAGAS ALVES – CPF 007.499.948-60 e seu DIRETOR PRESIDENTE ROGÉRIO GOMES COELHO – CPF 277.962.178-89, reconhecemos as NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 como parte integrante das demonstrações contábeis findo do exercício 2024 e suas informações conforme segue abaixo:

1. Contexto operacional

A UPBUS Qualidade em Transportes S.A. (denominada de Companhia) devidamente localizada a Avenida Augusto Antunes, nº 816, Limoeiro, São Paulo-SP, CEP 08051-370, fundada em 07 de julho de 2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.268/0001-18, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal.

Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delegação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT.

Em 06 de setembro de 2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano.

O objeto do contrato é a delegação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2º do Decreto Municipal nº 58.200, de 5 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015.

2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Base de preparação das demonstrações contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo.

(c) Estoques

Os estoques de peças são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas, e são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação, e considerando a sua baixa rotatividade.

(d) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

(e) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

(f) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(g) Instrumentos financeiros

O Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração financeira.

(h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e no posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Companhia possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra.

(j) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável

4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e provisões julgadas necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

5. Gerenciamento de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida.

A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços.

Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

(d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2024, assim como não realizou operações com derivativos financeiros.

(e) Risco de taxas de juros

O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes desse mercado.

6. Plano de contas

O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS – São Paulo Transportes adequada a nossa realidade operacional.

7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As alterações emitidas às normas vigentes, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas alterações, se cabível, quando entrarem em vigor.



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

- A IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

8. Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2024	2023
Caixa e bancos	689.635	1.966.867
Aplicações financeiras	442.723	396.009
	1.132.358	2.362.876

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9. Contas a receber

Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes.

10. Estoques

Descrição	2024	2023
Peças e acessórios	1.627.201	1.318.217
Combustível	271.934	231.372
Graxas e lubrificantes	60.888	60.855
Pneus	96.855	52.678
Total	2.056.878	1.663.122

11. Conta corrente com sócios



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

Referem-se aos adiantamentos aos sócios.

12. Tributos diferidos

O saldo do IRPJ e CSLL diferidos são compostos por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis.

As premissas para constituição desses créditos consideraram os históricos de lucros fiscais e as expectativas de auferir lucros fiscais nos próximos exercícios, fundamentados por estudos técnicos que evidenciam como provável a obtenção de lucros tributáveis futuros.

13. Bloqueio judicial

Referem-se aos valores bloqueados das contas bancárias da Companhia em decorrência dos processos trabalhistas e dos débitos fiscais.

14. Investimentos

Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução

CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participações.

15. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	2024		2023	
		Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		1.855.000	-	1.855.000	1.855.000
Edificações	4%	3.634.400	(1.314.845)	2.319.555	2.467.354
Veículos	20%	79.330.573	(70.686.860)	8.643.713	15.806.494



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

Móveis e utensílio	10%	915.743	(368.945)	546.798	639.287
Máquinas e equipamentos	10%	731.872	(107.158)	624.714	246.759
Bilhetagem eletrônica	20%	842.680	(407.419)	435.261	520.933
Benfeitoria em imóvel de terceiros		789.196	(82.249)	706.947	551.867
		<u>88.099.464</u>	<u>(72.967.476)</u>	<u>15.131.988</u>	<u>22.087.694</u>

Movimentação do custo

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Terrenos	1.855.000	-	-	1.855.000
Edificações	3.634.400	-	-	3.634.400
Veículos	78.888.432	442.141	-	79.330.573
Móveis e utensílio	915.743	-	-	915.743
Máquinas e equipamentos	300.750	431.122	-	731.872
Bilhetagem eletrônica	842.680	-	-	842.680
Benfeitoria em imóvel de terceiros	582.922	206.274	-	789.196
	<u>87.019.927</u>	<u>1.079.537</u>	<u>-</u>	<u>88.099.464</u>

Movimentação da depreciação

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Edificações	(1.167.046)	(147.799)	-	(1.314.845)
Veículos	(63.081.938)	(7.604.922)	-	(70.686.860)
Móveis e utensílio	(276.456)	(92.489)	-	(368.945)
Máquinas e equipamentos	(53.991)	(53.167)	-	(107.158)
Bilhetagem eletrônica	(321.747)	(85.672)	-	(407.419)
Benfeitoria em imóvel de terceiros	(31.055)	(51.194)	-	(82.249)



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

(64.932.233)	(8.035.243)	-	(72.967.476)
--------------	-------------	---	--------------

16. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa	2024	2023
Capital de giro	0,70% a 2,20% a.m.	1.216.691	3.817.673
Financiamentos	0,78% a 1,85% a.m.	4.312.708	12.342.945
		5.529.399	16.160.618
	Circulante	3.875.043	10.947.038
	Não circulante	1.654.356	5.213.580

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício de 2024:

	Capital de giro	Financiamento	Total
Saldo inicial	3.817.673	12.342.945	16.160.618
Captação	1.901.355	-	1.901.355
Pagamento	(4.502.337)	(8.030.237)	(12.532.574)
Saldo final	1.216.691	4.312.708	5.529.399

17. Obrigações trabalhistas

Descrição	2024	2023
Salários a pagar	279.184	429.885
INSS a recolher	556.259	836.083
IRRF a recolher	455.328	279.758
FGTS a recolher	233.615	794.177



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

Rescisões a pagar	57.007	-
Férias a pagar	52.787	83.055
Outras	101.993	76.199
	<u>1.736.173</u>	<u>2.499.157</u>

18. Provisões trabalhistas

Refere-se a provisão de férias e seus encargos sociais.

19. Parcelamentos de impostos

Descrição	2024	2023
Parcelamentos previdenciários	15.973.965	18.528.899
Parcelamentos federais	9.716.573	5.376.001
Total	<u>25.690.538</u>	<u>23.904.900</u>
Curto prazo	3.774.780	9.687.004
Longo prazo	21.915.758	14.217.896

20. Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

21. Outros passivos

Referem-se ao Auto de Infração emitido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil devido a utilização indevida de créditos de INSS.

22. Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 20.899.600, dividido em R\$ 19.899.600 em ações preferenciais e R\$ 1.000.000 em ações ordinárias.



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

Reserva legal

A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída a razão de 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 194 da Lei nº. 6.404/76.

Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

23. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguro de frotas e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

24. Custos com veículos

Descrição	2024	2023
Combustível e lubrificantes	(24.029.724)	(22.291.983)
Peças e acessórios	(10.910.008)	(7.589.842)
Pneus	(1.348.809)	(1.507.253)
Seguros	(637.109)	(721.011)
Pintura e funilaria	-	(7.825)
Higiene, limpeza e lavagem	(174.028)	(24.363)
	<u>(37.099.678)</u>	<u>(32.142.277)</u>

25. Despesas administrativas

Descrição	2024	2023
Serviços de terceiros	(2.406.825)	(5.877.600)
Gerais	(3.100.024)	(1.992.939)
Manutenção e conservação	(121.358)	(279.096)
Outras	(1.817.141)	(329.224)
	<u>(7.445.348)</u>	<u>(8.478.859)</u>

26. Despesas com processos judiciais

Referem-se, substancialmente, aos acordos dos processos trabalhistas.



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

27. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	70.486	68
	70.486	68
Despesas financeiras		
Juros e multas de mora	(4.444.376)	(3.610.872)
IOF	(11.561)	-
Tarifas e serviços bancários	(244.618)	(406.428)
	(4.700.555)	(4.017.300)

28. Outros assuntos

▪ Intervenção

Conforme Decreto Municipal nº 63.328 de 09 de abril de 2024, a Prefeitura Municipal de São Paulo decreta a intervenção na empresa UPBUS Qualidade em Transportes S.A., inscrita na CNPJ 20.589.268.0001-18 responsável pelo LOTE D-4, considerando as decisões judiciais exaradas nos autos da ação criminal 1005200-78.2024.8.26.0050 nomeando como INTERVENTOR o Sr. Wagner Chagas Alves pela SPTRANS. Toda diretoria anterior fica afastada por prazo indeterminado conforme decisão judicial.

▪ T 10 Bank

A conta bancária sob o número 720814-3 da empresa UPBUS Qualidade em Transportes S.A. junto ao T10 BANK foi bloqueada pela decisão no processo 100520-78.2024.8.26.0050, e foi desbloqueada pela decisão nos Embargos de Terceiro Criminal 0006328-53.2024.8.26.0050 proferida pelo Juiz da 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital. Essa decisão não foi cumprida pelo banco, permanecendo bloqueado o saldo no valor de R\$ 215.531.

29. Eventos subsequentes

Em junho de 2025, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte da Prefeitura de São Paulo emitiu despacho concedendo anuência prévia para a transferência do Contrato de Concessão SMT.GAB nº 42/2019 (Lote D4), firmado originalmente pela empresa Upbus Qualidade em Transportes S.A. para a empresa Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação. A eficácia da referida anuência está condicionada à celebração de termo de aditamento ao Contrato de Concessão SMT.GAB nº 42/2019.

30. Informações suplementares



UPBUS - QUALIDADE EM TRANSPORTE S.A.

Em 31 de dezembro de 2024, a partir dos saldos apresentados no Balanço Patrimonial, os índices apresentados pela administração são:

Índices contábeis	Fórmulas	Índice calculado	2024
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$	$\frac{24.850.045}{16.547.776}$	1,50
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$	$\frac{27.907.198}{79.277.497}$	0,35
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo circulante}}$	$\frac{22.793.167}{16.547.776}$	1,38
Endividamento Total	$\frac{\text{Passivo circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo total}}$	$\frac{79.277.497}{43.050.288}$	1,84
Quociente de Solvência	$\frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo total} - \text{Patrimônio líquido}}$	$\frac{43.050.288}{79.277.497}$	0,54

OBS.: As notas explicativas fazem parte das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024.

São Paulo, 31 de dezembro de 2024.

ROGÉRIO GOMES COELHO
CPF: 277.962.178-89
PRESIDENTE

Rogério Gomes Coelho
CPF: 277.962.178-89
Diretor Presidente
UPBUS SA

WAGNER CHAGAS ALVES
CPF: 007.499.948-60
INTERVENTOR SPTRANS

ANDRÉ BARAUNA VIEIRA
CPF: 162.995.288-50
CRC: 1SP211634/O-9
CONTADOR

André Barauna Vieira
CRC: 1SP211634/O-9
CPF: 162.995.288-50

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 35228541688	CNPJ 20.589.268/0001-18	
NOME EMPRESARIAL UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2024 a 31/12/2024
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário Geral	NÚMERO DO LIVRO 11
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) DC.B2.72.FD.84.00.B8.F9.E3.FF.61.89.A7.46.9E.91.36.01.89.A6	
ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	20589268000118	UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S A:20589268000118	464188194239900973 459940063961315987 17	05/02/2025 a 05/02/2026	Sim
Contador	16299528850	ANDRE BARAUNA VIEIRA:16299528850	223720381005243672 4	14/03/2025 a 14/03/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:
DC.B2.72.FD.84.00.B8.F9.E3.FF.61.89.
A7.46.9E.91.36.01.89.A6-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 26/06/2025 às 18:14:46

C8.54.CF.D7.85.0B.99.71
22.5F.F8.AC.1C.0F.55.44

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF

Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ

20.589.268/0001-18

SCP

NOME EMPRESARIAL

UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO

01/01/2024 a 31/12/2024

SITUAÇÃO

Normal

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)

81.A2.93.B9.45.25.9E.1F.40.27.61.1F.B1.76.E0.34.C3.BD.64.BD

RETIFICADAS (HASH)

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:				
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Contador/Contabilista	16299528850	ANDRE BARAUNA VIEIRA:16299528850	2237203810052436724	14/03/2025 a 14/03/2026
Outros	20589268000118	UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S A:20589268000118	464188194239900973459 94006396131598717	05/02/2025 a 05/02/2026

NÚMERO DO RECIBO:

81.A2.93.B9.45.25.9E.1F.40.27.61.1F.B
1.76.E0.34.C3.BD.64.BD-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/07/2025 às 10:26:15

96.F9.1F.18.25.43.6E.30
D0.D8.E6.82.1C.41.E0.60



Arrecadação federal em maio atinge R\$ 230 bilhões, recorde para o mês

A arrecadação federal no mês de maio alcançou R\$ 230,152 bilhões. Esse resultado representa aumento de 7,66% em relação a maio de 2024, já descontada a inflação do período.

Com esse patamar, a entrada de tributos nos cofres federais em maio foi a maior para o mês desde 1995, quando se inicia a série histórica da Receita Federal do Brasil (RFB). Os dados foram divulgados pelo órgão na quinta-feira (26), em Brasília.

A arrecadação de R\$ 230 bilhões é composta por R\$ 223,8 bilhões administrados pela Receita e R\$ 6,4 bilhões administrados por outros órgãos. No pacote administrado pela Receita são incluídos tributos como imposto de renda de pessoas físicas e empresas, receita previdenciária, imposto sobre importação, sobre produtos industriais (IPI), imposto sobre operações financeiras (IOF), PIS/Cofins, entre outros. As receitas administradas por outros órgãos incluem rubricas como royalties e depósitos judiciais.

A arrecadação no acumulado dos cinco primeiros meses de 2025 também foi recorde, atingindo R\$ 1,191 trilhão, o que representa aumento de 3,95% ante o mesmo período de 2024, também descontada a inflação.

Em relação a abril de 2025, houve recuo de 7,33% na arrecadação. Mas as comparações costumam ser feitas com períodos iguais (mesmo intervalo do ano anterior), para que o resultado não seja afetado por questões sazonais.

A divulgação desta quinta-feira marca a retomada da apresentação regular dos dados pela Receita, após o fim da greve de servidores do órgão, este mês, que durava desde novembro de 2024.

De acordo com a Receita, os fatores que explicam o crescimento da arrecadação geral em maio foram:

Comportamento dos principais indicadores macroeconômicos que afetam a arrecadação

Postergação de pagamentos de tributos, no Rio Grande do Sul, em razão de enchentes que afetaram a arrecadação de maio de 2024

Crescimento da arrecadação do imposto de renda retido na fonte de investimentos como fundos e títulos de renda fixa, beneficiados pelos juros altos.

Desempenho dos tributos do comércio exterior em função do crescimento das três alíquotas médias e do crescimento da taxa de câmbio

Sobre esse último ponto, a Receita ressaltou que não houve aumento de alíquota de imposto de importação cobrada, e sim que — na comparação com 2024 — cresceu a participação na cesta de produtos trazidos do exterior itens que têm alíquotas mais altas.

Na apresentação de resultados, o auditor Claudemir Malaquias destaca que o comportamento dos cinco primeiros meses do ano segue “a mesma trajetória do final do ano passado, ou seja, uma trajetória ascendente”.

Em relação à receita específica administrada pela RFB, o aumento ante maio de 2024 ficou em 8,02%.

No entanto, o órgão subordinado ao Ministério da Fazenda contextualiza que o crescimento seria menor caso fossem retirados 24 fatores atípicos não recorrentes, como a postergação da cobrança de impostos de empresas afetadas pelo desastre climático no Rio Grande do Sul e mudanças na tributação de fundos no exterior. Sem esses efeitos, a alta teria sido de 6,18%.

Ao detalhar as fontes de tributos responsáveis pelos valores de maio, a Receita aponta que o maior volume, R\$ 23 bilhões, vieram de entidades financeiras, alta de 25,21% ante o mesmo período de 2024.

A arrecadação das atividades de exploração de jogos de azar e apostas subiu cerca de 23.000% no período. A explicação está na regulamentação da atividade das casas de apostas virtuais, as chamadas bets, que passou a valer apenas em 2025. (Agência Brasil)

UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A. - CNPJ: 20.589.268/0001-18 - NIRE: 35.300.477.995

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2024 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em reais					
Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Notas
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.132.358	2.362.876	Fornecedores	3.270.419
Contas a receber	9	2.288.550	4.583.858	Empréstimos e financiamentos	3.875.043
Estoques	10	2.056.878	1.663.122	Obrigações tributárias	2.498
Título de capitalização	11	46.831	34.692	Obrigações trabalhistas	17.736.173
Conta corrente com sócios	11	15.141.459	14.112.690	Provisões trabalhistas	18.358.790
Tributos diferidos	12	4.183.869	4.183.869	Provisões de impostos	3.774.780
		24.850.045	26.941.207	Empréstimos de terceiros	262.135
				Acordos a pagar	27.938
Não circulante					16.547.776
Realizável a longo prazo				Não circulante	
Bloqueio judicial	13	2.365.307	1.970.057	Exigível a longo prazo	
Carta de crédito		690.478	711.105	Empréstimos e financiamentos	16.1654.356
Outros créditos		1.368	-	Parcelamentos de impostos	19.219.158
		3.057.153	2.681.162	Provisão para demandas judiciais	20.317.038
Investimentos	14	11.102	12.520	Outros passivos	21.38.842.569
Imobilizado	15	15.131.988	22.087.694		62.729.721
		15.143.090	22.100.214		19.565.514
Total do ativo		43.050.288	51.722.583	Total do passivo e patrimônio líquido	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais					
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.899.600	438.329	876.658	(11.049.840)	11.164.747
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(4.893.140)	(4.893.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.899.600	438.329	876.658	(15.942.980)	6.271.607
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(42.498.816)	(42.498.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.899.600	438.329	876.658	(58.441.796)	(36.227.209)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional: A UPBUS Qualidade em Transportes S.A. (denominada de Companhia) devidamente localizada na Avenida Augusto Antunes, nº 816, Limeiro, São Paulo-SP, CEP 08051-370, fundada em 07 de julho de 2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.268/0001-18, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2007 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis., com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT/GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinado em 24/05/2019 junto à Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 06 de setembro de 2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos, para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota da data de início da operação, e o último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2º do Decreto Municipal nº 58.200, de 5 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessária (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atendimento, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015.

2. Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Base de preparação das demonstrações contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo. **(c) Estoques:** Os estoques de peças são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas, e são periodicamente analisados e avaliados quanto à sua adequação, e considerando a sua baixa rotatividade. **(d) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. **(e) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **(f) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **(g) Instrumentos financeiros:** O Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variáveis. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração financeira. **(h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados.

Wagner Chagas Alves - Interventor

As acionistas e administradores

UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Imobilizado:** Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação ao total do ativo. O saldo do imobilizado é composto, substancialmente, pela conta de veículos.

• **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) obtenção da relação do ativo imobilizado; ii) recálculo das depreciações; e iii) revisão do mapa de adições e baixas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o imobilizado e as divulgações realizadas estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

• **Empréstimos e financiamentos:** Para fins de aquisição de ônibus e vans, a Companhia captou recursos junto às instituições financeiras. Consideramos

dos caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **(i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e no posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Companhia possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra.

(j) Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas: A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de valores úteis dos bens do ativo imobilizado e provisões julgadas necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos não circulantes são revisados anualmente para se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

5. Gerenciamento de risco financeiro: **(a) Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(b) Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de seus contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e os seus patrimonial. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais opera, a ser consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos. **(d) Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidação por meio de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2024, assim como não realizou operações com derivativos financeiros.

(e) Risco de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes desse mercado.

6. Plano de contas: O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS – São Paulo Transportes adequada a nossa realidade operacional.

7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: As alterações emitidas às normas vigentes, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. • A IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas

demonstrações contábeis da Companhia.

8. Caixa e equivalentes em caixa

Descrição	2024	2023
Caixa e bancos	689.635	1.966.967
Aplicações financeiras	442.723	396.009
	1.132.358	2.362.876

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

9. Contas a receber: Referem-se ao saldo da nota a receber, conforme o Departamento de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes.

10. Estoques

Descrição	2024	2023
Peças e acessórios	1.627.201	1.318.217
Combustível	271.934	231.372
Graxas e lubrificantes	80.989	80.955
Preus	96.955	52.671
	2.056.878	1.663.122

11. Conta corrente com sócios: Referem-se aos adiantamentos aos sócios.

12. Tributos diferidos: O saldo do IRPJ e CSLL diferidos são compostos por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis. As premissas para constituição desses créditos consideraram os históricos de lucros fiscais e as expectativas de auferir lucros fiscais nos próximos exercícios, fundamentados por estudos técnicos que evidenciam como provável a obtenção de lucros tributáveis futuros.

13. Bloqueio judicial: Referem-se aos valores bloqueados das contas bancárias da Companhia em decorrência dos processos trabalhistas e dos débitos fiscais.

14. Investimentos: Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3, 1.1.4 e 1.1.5. do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participações.

15. Imobilizado:

Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.855.000	-	1.855.000	1.855.000
Edificações	4%	3.634.400	(1.314.845)	2.319.555	2.467.354
Veículos	20%	79.330.573	(70.686.860)	8.643.713	15.806.494
Móveis e utensílios	10%	915.743	(368.945)	546.798	638.287
Máquinas e equipamentos	10%	731.872	(107.158)	624.714	246.759
Bilheteria eletrônica	20%	842.680	(407.419)	435.261	520.933
Bilheteria em imóvel de terceiros	-	789.196	(82.249)	706.947	551.867
	-	88.099.464	(72.967.147)	15.131.988	22.087.694

Movimentação do custo

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Terrenos	1.855.000	-	-	1.855.000
Edificações	3.634.400	-	-	3.634.400
Veículos	78.888.432	442.141	-	79.330.573
Móveis e utensílios	915.743	-	-	915.743
Máquinas e equipamentos	300.750	431.122	-	731.872
Bilheteria eletrônica	842.680	-	-	842.680
Bilheteria em imóvel de terceiros	582.922	206.274	-	789.196
	87.019.927	1.079.537	-	88.099.464

Movimentação da depreciação

Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Edificações	(1.167.046)	(147.799)	-	(1.314.845)
Veículos	(63.081.938)	(7.804.922)	-	(70.886.860)
Móveis e utensílios	(276.456)	(92.489)	-	(368.945)
Máquinas e equipamentos	(53.991)	(53.167)	-	(107.158)
Bilheteria eletrônica	(321.747)	(85.672)	-	(407.419)
Bilheteria em imóvel de terceiros	(31.055)	(51.194)	-	(82.249)
	(64.932.232)	(8.035.243)	-	(72.967.476)

16. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa	2024	2023
Capital de giro	0,70% a 2,20% a.m.	1.216.691	3.817.673
Financiamentos	0,78% a 1,85% a.m.	4.312.708	12.342.945
		5.529.399	16.160.618

Circulante

Capital de giro	Financiamento	Total
3.875.043	10.947.038	14.822.081
Não circulante	1.654.356	5.213.580

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício de 2024:

Saldo inicial	2024	2023
3.817.673	12.342.945	16.160.618
Captação	1.901.355	-
Pagamento	(4.502.337)	(12.532.574)
Saldo final	1.216.691	8.310.208

17. Obrigações trabalhistas

Descrição	2024	2023
Salários a pagar	279.184	429.885
INSS a recolher	556.259	836.083
IRRF a recolher	455.328	279.758
FGTS a recolher	233.615	794.177
Rescisões a pagar	57.007	-
Férias a pagar	52.787	83.055
Outras	101.993	

UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A. - CNPJ: 20.589.268/0001-18 - NIRE: 35.300.477.995

Relatório de Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2024 e as respectivas Demonstrações Contábeis, elaboradas nas formas da legislação vigente, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Colocamos à disposição de V. Sas. para prestar-lhes os esclarecimentos eventualmente necessários.

Balança patrimonial em 31 de dezembro - Em reais				
Ativo	Notas	2024	2023	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.132.358	2.362.876	
Contas a receber	9	2.288.550	4.583.858	
Estoque	10	2.056.878	1.663.122	
Título de capitalização		46.831	34.652	
Conta corrente com sócios	11	15.141.459	14.112.690	
Tributos diferidos	12	4.183.969	4.183.969	
		24.850.045	26.941.207	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Bloqueio judicial	13	2.365.307	1.970.057	
Carta de crédito		690.478	711.105	
Outros créditos		1.368	-	
		3.057.153	2.681.162	
Investimentos	14	11.102	12.520	
Imobilizado	15	15.131.988	22.087.694	
		15.143.090	22.100.214	
Total do ativo		43.050.288	51.722.583	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais				
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.899.600	438.329	876.658	(11.049.840)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(4.893.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.899.600	438.329	876.658	(15.942.980)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(42.498.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.899.600	438.329	876.658	(58.441.796)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais				
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados
Saldo em 31 de dezembro de 2022	20.899.600	438.329	876.658	(11.049.840)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(4.893.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	20.899.600	438.329	876.658	(15.942.980)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(42.498.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.899.600	438.329	876.658	(58.441.796)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				

1. Contexto operacional: A UPBUS Qualidade em Transportes S.A. (denominada de Companhia) devidamente localizada a Avenida Augusto Antunes, nº 816, Limeiro, São Paulo-SP, CEP 08051-370, fundada em 07 de julho de 2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.268/0001-18, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/07/2012 e alterações; Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT/GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delegação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 05 de setembro de 2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos, para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês, e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delegação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2º do Decreto Municipal nº 58.200, de 5 de abril de 2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30 de novembro de 2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo os dos Serviços Complementares; b) operação das bilhetarias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015.

2. Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. Base de preparação das demonstrações contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com liquidez e possibilidade de serem registrados no curto prazo. **(c) Estoques:** Os estoques de peças são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de aquisição. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas, e são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação, e considerando a sua baixa rotatividade. **(d) Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. **(e) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente pelo valor demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capitais e o valor total é registrada na demonstração de resultados. **(f) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são calculados com base nos resultados operacionais relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos de longo prazo contábeis e os correspondentes valores tributáveis para o exercício. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando apropriado.

Wagner Chagas Alves - Inventor

dos caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que os benefícios fiscais sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **(i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que o recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são reconhecidas se o passivo em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e o posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são baseadas no histórico da perda em percentual, histórico de processos judiciais e demandas. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Companhia possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra.

(j) Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo e despesas são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas com base conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro de curto prazo, com base no histórico da perda em percentual, histórico de processos judiciais e demandas. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Companhia possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra.

(k) Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas: A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de vidas das tabelas de bens do ativo imobilizado e provisões judiciais para processos judiciais.

A duração das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em vidas diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos não circulantes são revisados anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou fatos possam indicar que os indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015.

5. Gerenciamento de risco financeiro: **(a) Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(b) Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de crédito decorrentes de variações das taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Administração adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição de ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações financeiras, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras que o não prestadas dos serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre, e se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos. **(d) Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes para honrar as obrigações, bem como para manter a liquidez da Companhia e a capacidade de liquidação dos negócios. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais da Companhia. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2024, assim como não realizou operações com derivativos financeiros.

(e) Risco de taxas de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmes. A Companhia pretende adotar estas alterações, se cabível, quando estiverem em vigor. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. • A IRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis.

6. Plano de contas: O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS – São Paulo Transportes adequada a sua realidade operacional.

7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas: As alterações emitidas às normas vigentes, mas não ainda em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas alterações, se cabível, quando estiverem em vigor. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. • A IRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis.

8. Recurso de recursos: O faturamento da Companhia é decorrente da operação de passageiros transportado. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do demonstrativo de remuneração dos concessionários disponibilizados pelo ente contratante.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as atualizações dos empréstimos e financiamentos e as divulgações relativas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

9. Receita de serviços: O faturamento da Companhia é decorrente da operação de passageiros transportado. Consideramos como um principal assunto de auditoria devido a relevância dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do demonstrativo de remuneração dos concessionários disponibilizados pelo ente contratante.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que as receitas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos – Evento subsequente: Conforme nota explicativa nº 29, em junho de 2025, a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte da Prefeitura de São Paulo emitiu despacho concedendo anulação prévia para a transferência do Contrato de Concessão SMT/GAB nº 42/2019 (Lote D4), firmado originalmente pela empresa Upbus Qualidade em Transportes S.A. para a empresa Alfa Rodobus S/A Transportes, Administração e Participação. A eficácia da referida anulação está condicionada à celebração de termo de aditamento ao Contrato de Concessão SMT/GAB nº 42/2019.

Ênfase – Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional: No exercício de 2024, a Companhia apresentou o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 36.227.209, a insuficiência nos índices de liquidez geral, endividamento total e quociente de solvência, conforme demonstrada na nota explicativa nº 30, e quanto a realização de recebíveis conforme mencionado na nota explicativa nº 11. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Ênfase – Outros assuntos: Conforme a nota explicativa nº 28, a Companhia possui saldo bloqueado na conta bancária junto ao TIO Bank, no montante de R\$ 215.531 decorrente do processo nº 01/00520-78/2024.26.0050. O montante foi desbloqueado pela decisão nos Embargos de Terceiro Criminal nº 0006328-53.2024.8.26.0050 proferida pelo Juiz da 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital. No entanto, essa decisão não foi cumprida pelo banco até o presente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a au-

Demonstrações de resultados			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais			
	Notas	2024	2023
Receita de serviços prestados		97.534.080	90.375.865
(-) Custos dos serviços prestados			
Com pessoal	(34.063.117)	(28.211.357)	-
Com veículos	(37.089.678)	(32.142.277)	-
Depreciação	(8.035.243)	(14.236.791)	-
	(79.188.038)	(74.590.425)	-
Lucro operacional bruto		18.336.042	15.785.440
Despesas operacionais			
Com pessoal	(5.949.757)	(5.898.256)	-
Administrativas	(7.445.348)	(8.478.860)	-
Processos judiciais	(3.478.740)	(3.443.621)	-
Tributárias	(414.195)	(393.506)	-
Gerais de operação	(7.853)	(190.036)	-
Outras receitas	3.673	-	-
Outras despesas	(38.842.569)	-	-
	(56.204.789)	(18.404.279)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(37.868.747)	(2.618.839)
Receita financeira	27	70.486	68
Despesa financeira	27	(4.702.359)	(4.758.219)
Prejuízo antes dos impostos		(42.498.616)	(7.377.484)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	2.484.344
Prejuízo líquido do exercício		(42.498.616)	(4.893.140)
Quantidade de ações	-	20.899.600	20.899.600
Prejuízo básico por ação - R\$		(2,033)	(0,234)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			
Demonstrações de resultados abrangentes			
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais			
	Notas	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício		(42.498.616)	(4.893.140)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		(42.498.616)	(4.893.140)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.			

demonstrações contábeis da Companhia.

8. Caixa e equivalentes em caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	693.635	1.962.967
Aplicações financeiras	447.723	296.009
	1.132.358	2.362.876

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9. Contas a receber: Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes.

10. Estoques

	2024	2023
Peças e acessórios	1.627.201	1.318.217
Combustível	271.934	231.372
Graxas e lubrificantes	60.888	60.855
Peças	17.855	53.278
	2.056.878	1.663.122

11. Conta corrente com sócios: Referem-se aos adiantamentos aos sócios.

12. Tributos diferidos: O saldo do IRPJ e CSLL diferidos são compostos por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros fiscais. As premissas para constituição desses créditos consideram os históricos de lucros fiscais e as expectativas de auferir lucros fiscais nos próximos exercícios, fundamentadas por estudos técnicos que evidenciam como provável a obtenção de lucros tributáveis futuros.

13. Bloqueio judicial: Referem-se aos valores bloqueados das contas bancárias da Companhia em decorrência dos processos trabalhistas e dos débitos fiscais.

14. Investimentos: Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve funcionar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilhetarias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3, 1.1.4 e 1.1.5, do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de avaliação, neste Fundo de Investimento em Participações.

15. Imobilizado:		2024	2023
Taxa de depreciação (a.e.)			
Descrição		Depreciação acumulada	Líquido
Terranos		1.855.000	1.855.000
Edificações	4%	3.634.400 (1.314.845)	2.467.554
Veículos	20%	79.330.573 (70.686.860)	8.643.713
Móveis e utensílios	10%	915.743 (368.945)	546.798
Máquinas e equipamentos	10%	731.872 (107.158)	624.714
Bilhetagem eletrônica	20%	842.680 (407.419)	435.261
Benefitória em imóvel de terceiros		789.196 (82.249)	706.947
			551.867

Movimentação do custo				
Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Terranos	1.855.000	-	-	1.855.000
Edificações	3.634.400	-	-	3.634.400
Veículos	79.888.432	442.141	-	79.330.573
Móveis e utensílios	915.743	-	-	915.743
Máquinas e equipamentos	300.750	431.122	-	731.872
Bilhetagem eletrônica	842.680	-	-	842.680
Benefitória em imóvel de terceiros	582.922	206.274	-	789.196
	87.019.327	1.079.537	-	88.099.464

Movimentação da depreciação				
Descrição	2023	Adições	Baixas	2024
Edificações	(1.167.048)	(147.799)	-	(1.314.848)
Veículos	(63.081.339)	(7.604.522)	-	(70.686.860)
Móveis e utensílios	(278.498)	(82.469)	-	(360.967)
Máquinas e equipamentos	(53.991)	(53.167)	-	(107.158)
Bilhetagem eletrônica	(321.747)	(86.672)	-	(407.419)
Benefitória em imóvel de terceiros	(31.055)	(51.194)	-	(82.249)